

# Boletim Internacional



Ano VI nº 12 13.04.2006

## O USW quer parceria com Gerdau

O USW , representando os trabalhadores siderúrgicos dos Estados Unidos e cerca de 500 trabalhadores sindicalizados na Sheffield Steel Corporation, emitiu um comunicado respondendo à aquisição da empresa pelo Grupo Gerdau.

Leo W. Gerard, o presidente internacional do United Steelworkers (USW) convidou o Grupo Gerdau a se juntar ao grupo de empresas siderúrgicas que se beneficiam da parceria com o sindicato.

“Há alguns anos atrás, quando dezenas de empresas siderúrgicas norte-americanas estavam à beira da falência, o USW tomou a dianteira na reestruturação e salvamento dessas empresas”, disse Gerard. “Nós mostramos nossa habilidade negociando acordos trabalhistas inovadores e poupadores de custos e como resultado a indústria está se recuperando hoje”.

Gerard enfatizou que a Sheffield Steel foi uma das empresas que se beneficiou dessa parceria com o sindicato. A empresa pediu proteção falimentar em 2001 e o USW concordou em renegociar o contrato de trabalho para diminuir os custos da empresa. Em 2005 a empresa informou um lucro líquido de 22,4 milhões de dólares sobre vendas de \$296.7 milhões .

A relação entre o USW e a direção da Gerdau América do Norte está estagnada desde maio de 2005 quando a companhia, de modo ilegal, entrou em locaute e dispensou 300 trabalhadores na fábrica de Beaumont, Texas. Depois de sete meses, a empresa, registrando um prejuízo de 14 milhões de dólares, encerrou o locaute mas continuam as dificuldades trabalhistas nas operações da Gerdau Ameristeel.

Com a aquisição da Sheffield, o USW representa atualmente cerca de 3000 trabalhadores da Gerdau nos Estados Unidos e Canadá, e metade deles estão tentando renovar seus contratos de trabalho. Mais dois contratos de trabalho devem expirar nos próximos meses e uma greve pode vir disso.

“O USW tem tido sucesso na relação com uma série de empresas siderúrgicas, como a Mittal e a US Steel”, disse Gerard. “Nós queremos ter o mesmo sucesso com o Grupo Gerdau, mas isso não acontecerá se a Gerdau Ameristeel continuar a tentar enganar nosso sindicato e atacar os direitos dos trabalhadores”.

## Greves de advertência na Alemanha

O IG Metall está promovendo greves de advertência em apoio à sua reivindicação de um aumento salarial de 5% .

Os metalúrgicos de toda a Alemanha fizeram greves de advertência na semana passada e paralisaram empresas como a DaimlerChrysler, Siemens e outras empresas do setor automotivo e eletroeletrônico.

Depois de muitos anos de reestruturação e de moderação salarial, os grupos industriais alemães vem apresentando lucros sem precedentes. A demanda de um aumento salarial de 5% que o IG Metal apresentou ajudaria a impulsionar a economia interna e a venda de bens e serviços.

As greves de advertência mostram claramente a disposição de luta do sindicato e pressionaram as empresas. Jürgen Peters, o presidente da IG Metall, disse que poderá haver greves gerais depois da Semana Santa se um acordo não for alcançado. “Não queremos a greve . Queremos um acordo salarial. Mas não vamos fugir do conflito se é isso que os patrões querem”. (FITIM, 04.04.2006)



## Integração e Luta Sindical

A ORIT acaba de publicar o estudo "Integración, libre comercio y la acción sindical en América Latina y Caribe" da nossa assessora Siolvia Portela. O texto, muito bem editado, mostra os diferentes tipos de acordos de integração e de comércio na América do Sul e Caribe e a resposta sindical que eles provocaram.



O texto está disponível na página do SindLab em :  
[http://www.sindlab.org/download\\_up/ORITintegracion.pdf](http://www.sindlab.org/download_up/ORITintegracion.pdf)

A ORIT foi fundada no México no dia 12 de janeiro de 1951 e atualmente agrupa 33 confederações e centrais de trabalhadores e trabalhadoras de 29 países da Região Americana. A ORIT é um braço hemisférico da Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres (CIOSL) e representa no continente mais de quarenta e cinco (45) milhões de trabalhadores e trabalhadoras. A CUT participa da ORIT desde 1992, quando se filiou a CIOSL.

A ORIT tem a missão de procurar, manter e desenvolver, em um clima harmonioso, a defesa dos direitos e interesses dos/as trabalhadores/as das Américas, assim como seus esforços por alcançar sociedades fundamentadas numa democracia política, social e econômica e o pleno respeito dos direitos humanos, sindicais e de cidadão.

Rafael Freire Neto, Diretor Executivo da CUT Nacional, foi eleito no XVI Congresso Continental da ORIT realizado em abril de 2005 e é o Secretário de Políticas Econômicas e Sociais da ORIT. Além do Secretariado, existe um Conselho Executivo e também um Comitê de Mulher Trabalhadora CIOSL/ORIT (COMUT). Maria Ednalva Bezerra de Lima, Secretária Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT, é suplente do Conselho Executivo e integrante do Comitê de Mulheres.

Desde o começo deste ano, a ORIT mudou a sua sede para São Paulo.

## Greve na Honda da Índia

Milhares de trabalhadores entraram em greve na Hero Honda Motors da Índia reivindicando estabilidade no emprego e aumentos salariais.

No último dia 10 de abril os trabalhadores da Hero Honda Motors entraram em greve e paralisaram a produção na fábrica de Gurgaon, nas proximidades de Nova Deli. Os milhares de grevistas, alguns deles empregados temporários, querem aumentos nos salários e estabilidade no emprego.

A Hero Honda Motors é a maior fabricante de motocicletas na Índia e a fábrica de Gurgaon produz cerca de 6.500 unidades diárias. Cerca de 26% da empresa é de propriedade da Honda Motor Co. Em julho de 2005, em uma greve na fábrica da Honda Motorcycles and Scooters Índia, também de Gurgaon, um choque com a polícia resultou em ferimentos em vários trabalhadores. (FITIM, 11.04.2006)

## Trabalhadores da VW Espanha enfrentam dispensas

Os sindicatos estão organizando greves diante da exigência da VW de redução das horas extras e dos benefícios por trabalho em turno os.

Numa última tentativa de conseguir concessões dos sindicatos metalúrgicos a VW está ameaçando transferir a produção do modelo Polo da fábrica de Landaben, Navarra caso continuem as greves.

"O presidente da Comissão de trabalhadores recebeu uma carta onde se ameaça transferir a produção do polo para outras fábricas do grupo", disse o porta-voz do sindicato metalúrgico da UGT.

Os trabalhadores da fábrica de Landaben já fizeram quatro greve de 24 horas na segunda quinzena de março em resposta à exigência da administração da empresa de flexibilização do contrato de trabalho e de outras reduções de custos em troca de um aumento salarial de 0,5% acima da inflação.

No começo da semana passada a VW apresentou uma nova proposta aos trabalhadores da fábrica, mas a comissão de empresa votou a favor de continuar as paralisações e ameaçou com uma greve indeterminada a partir deste mês, rechaçando a proposta. (FITIM, 04.04.2006)

# TV Digital: O que as emissoras escondem

Por Gustavo Gindre

Em numerosas reportagens de jornais e TVs temos lido que as emissoras de TV (Globo à frente) defendem a escolha do padrão japonês de modulação da TV digital (ISDB) porque este seria o único padrão que lhes permitiria fazer transmissão para recepção móvel usando a banda do espectro eletromagnético reservada para o UHF.

No caso do padrão europeu (DVB), por exemplo, a transmissão para recepção móvel teria que usar a banda reservada para a telefonia celular, o que incluiria as empresas de telefonia no núcleo-central da operação de TV.

Receosas desta concorrência, as emissoras, então, preferem a modulação japonesa.

Antes de prosseguir, algumas ressalvas:

O padrão de modulação brasileiro, desenvolvido pela PUC-RS, conhecido como SORCER, também permite a transmissão para recepção móvel. Portanto, mesmo aceitando o argumento da Globo e das demais emissoras, poderíamos adotar uma modulação com tecnologia brasileira.

Todos os padrões de modulação (japonês, europeu, norte-americano e brasileiro, além do chinês que está em desenvolvimento) permitem transmitir em SDTV, EDTV e HDTV. Ou seja, para esta questão específica, a escolha da modulação é indiferente.

Igualmente, todos os padrões permitem que se desenvolva uma série de serviços interativos, como governo eletrônico, e-learning, e-bank, telemedicina etc. Novamente, nesta questão específica, a escolha da modulação é indiferente.

Modelo pago

Mas voltemos ao suposto motivo da preferência da modulação japonesa pelas emissoras de TV: a transmissão para recepção móvel.

Pois bem, agora ficamos sabendo que, desde março de 2005, a Finlândia possui uma operação-piloto de transmissão da TV digital para recepção móvel utilizando o padrão de modulação europeu conhecido como DVB-H e transmitindo justamente pela banda de UHF, que a Globo dizia ser uma exclusividade do padrão japonês.

Estão envolvidas na experiência o operador de rede de broadcast da Finlândia (Digita), a maior emissora de TV daquele país (MTVB), a maior rede de TV nórdica (Sanoma WSOY), a TV pública da Finlândia (YLE), as duas maiores teles do país (Elisa e Telia Sonera) e a Nokia.

O modelo de negócios escolhido envolve as teles e é pago. Mas poderia perfeitamente ser gratuito, já que utiliza a banda de UHF e se trata de serviço de radiodifusão. Neste caso, não há nenhuma necessidade tecnológica de envolver as teles ou de cobrar do usuário. Trata-se de uma opção do modelo de negócios finlandês e não de uma demanda tecnológica.

E, ainda, também ficamos sabendo que a Holanda já está construindo sua rede para transmitir em DVB-H igualmente usando a banda de UHF.

Jogo nos gabinetes

Antes de prosseguir, nova ressalva. Vejam bem que este artigo não procura defender a adoção brasileira do DVB. Muito pelo contrário, continuo achando que devemos adotar a tecnologia nacional do SORCER.

Dito isso, cabe perguntar: se definitivamente não é verdade o que as emissoras disseram que somente o ISDB permitiria a transmissão para recepção móvel através da banda do espectro eletromagnético reservada para a radiodifusão, se é verdade que o DVB e o brasileiro SORCER igualmente permitem este mesmo tipo de transmissão, se também é verdade que qualquer padrão garante a alta definição (defendida pelas emissoras) e a introdução de serviços interativos, então por que, afinal de contas, as emissoras de TV estão defendendo a adoção do ISDB japonês?

Qual é a parte dessa história que nós não sabemos e que ainda não veio a público?

O que é que nós só saberemos depois, quando o jogo já tiver sido decidido nos gabinetes de Brasília, sem a participação da sociedade civil?

(\*) Jornalista, mestre em Comunicação, coordenador-geral do Instituto de Estudos e Projetos em Comunicação e Cultura (Indecs) e integrante do Coletivo Intervezes. (*Núcleo Piratininga de Comunicação, 08.04.2006*)

# Atlas da Economia Solidária

Atlas da Economia Solidária reúne dados sobre o setor e pode servir de base para políticas

O Ministro do Trabalho, Luiz Marinho, lançou hoje (8), em São Paulo, o Atlas da Economia Solidária. O documento servirá de base de dados para a elaboração do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (Sies).

Conforme mostra o mapa, atualmente no Brasil há quase 15 mil empreendimentos solidários e cerca de 1,5 milhão de pessoas no setor. A maior parte desses empreendimentos localiza-se nos estados do Nordeste.

O diretor tesoureiro da Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários, a Unisol-Brasil, Arildo Mota Lopes, destacou, em entrevista à Agência Brasil, a importância do levantamento para "munir os governos" (federal, estadual e municipal) de informações que possibilitem a criação de políticas públicas que atendam às demandas do setor, por localização geográfica e pelas necessidades regionais.

"Esse mapeamento é importante para consolidar os empreendimentos de economia solidária", pontuou Lopes.

O lançamento do Atlas da Economia Solidária ocorreu durante a 1ª Mostra de Cultura Popular e Economia Solidária. O documento foi elaborado por meio de pesquisa feita pelo Ministério do Trabalho em parceria com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) em 2.274 municípios (41% das cidades brasileiras).

A economia solidária é compreendida como o conjunto de atividades econômicas (produção, distribuição, consumo, poupança e crédito) organizadas e realizadas por trabalhadores sob a forma coletiva e autogestionária. Nesse conjunto de atividades e formas de organização destacam-se quatro importantes características: cooperação, autogestão, viabilidade econômica e solidariedade. (Paulo Montoia e Ana Paula Marra) (*Agência Brasil, 08.04.2006*)

## O futuro da Europa

*Transcrevemos abaixo o texto do conhecido economista patronal José Pastore, onde ele aponta as atuais dificuldades da economia européia. Sem poder concordar com as suas propostas, o texto tem o mérito de mostrar as dificuldades que os trabalhadores europeus enfrentam na atual conjuntura.*

### **Sem reformas, o que será do trabalho na Europa?**

Por José Pastore

As mudanças necessárias são dolorosas e, por isso, tendem a ser evitadas por governos populistas

A Europa parece hoje uma grande casa de repouso. Ali temos, de um lado, um gigantesco número de pessoas idosas que pararam de trabalhar; de outro, as enormes massas de pessoas que trabalham muito pouco - com jornadas curtíssimas.

Para os europeus, nada mais agradável do que continuar o estilo da "dolce vita". Mas a realidade é outra. A economia mundial está corroendo a competitividade européia. O crescimento econômico da UE-15 (União Européia dos 15 países do lado ocidental) tem sido pífia (1,7% em média). E a fragilidade dos orçamentos públicos está inviabilizando a generosidade das aposentadorias, pensões e seguro-desemprego.

Na UE-10 (União Européia dos dez novos membros - República Checa, Hungria, Polônia, Eslovênia, Eslováquia, Lituânia, Letônia, Estônia, Chipre e Malta), os custos de produção são muito mais favoráveis do que os da UE-15. Ali, os impostos são baixos; as jornadas de trabalho são longas; a motivação para o trabalho é altíssima; a qualidade da mão-de-obra é boa; e os salários são baixos. **Na República Checa, por exemplo, os operários das montadoras de automóveis ganham US\$ 6,20 por hora enquanto que na Alemanha recebem US\$ 40,00.**

Não é a toa que as empresas da UE-15 se mudam para a UE-10, em especial, para os países do ex-comunismo. A VW, a Ford e a Hyundai européias montaram várias fábricas na Eslováquia e República Checa. Neste país, a VW fabricará 600 mil veículos por ano em 2008. A

Peugeot já produz 300 mil carros por ano em Kolin, na República Checa. Uma fábrica da Renault em Dacia, na Romênia, apresenta excelentes resultados. O mesmo ocorre com sua fábrica em Pitesi, na Romênia, onde são produzidos 250 mil carros por ano. A Fiat fabrica 300 mil carros anualmente em Panda, na Polônia. Imaginem quando entrarem na União Européia a Ucrânia e Romênia, que somam 150 milhões de habitantes que recebem salários que competem com a China e a Índia!

Se nada for mudado, em 10 ou 15 anos a produção de automóveis na Europa estará extinta, com graves conseqüências para o emprego. As autoridades da UE-15 têm consciência disso. Peter Mandelson, chefe de comércio da União Européia, disse recentemente que a Europa está numa encruzilhada. Se as variadas formas de protecionismo não forem reduzidas, o continente estará fadado ao declínio econômico. Mas se as reformas estruturais forem aceleradas, a Europa tornar-se-á altamente competitiva nos mercados internacionais.

O que não pode continuar são as regras atuais que beneficiam os que têm emprego, em detrimento dos 18 milhões de desempregados crônicos. Há países em que a desocupação virou profissão, a ponto dos desempregados franceses fazerem protestos de rua para reclamar contra o baixo valor do seguro-desemprego - que em muitos casos passa de US\$ 1.000 por mês - e contra o trabalho dos jovens sob a lei do primeiro emprego!

As mudanças que se fazem necessárias são dolorosas e, por isso, tendem a ser evitadas por governos populistas. Como regra, eles buscam deixar as reformas para seus sucessores. Com isso, o problema se agrava.

Empregados e empregadores, entretanto, decidiram pôr a mão na massa e estão renegociando uma série de contratos de trabalho que visam aumentar a competitividade das empresas e garantir a sobrevivência dos empregos. Na Alemanha, França e Espanha, por exemplo, os contratos de trabalho estão sendo renegociados com vistas a: 1) aumentar a jornada de trabalho pelo mesmo salário; 2) criar novos turnos de trabalho, inclusive aos sábados; 3) transformar a gratificação natalina que era fixa (como o 13º salário no Brasil) em um bônus variável, com base no desempenho das empresas, e com um teto de 45% de um salário mensal.

Mudanças desse tipo são verdadeiramente revolucionárias quando se considera o peso dos sindicatos de trabalhadores em toda a Europa, em especial na Alemanha. Para aceitar uma ampliação de cinco minutos na jornada de trabalho, os dirigentes sindicais alemães criavam os maiores problemas. Em 2003, a Siemens, Bosch e Daimler-Chrysler renegociaram os contratos de modo a ampliar a jornada semanal de cinco horas, sem aumento de salário, em troca da promessa daquelas empresas não transferirem suas fábricas para o leste europeu. Ou seja, a ameaça de desemprego em massa levou os sindicatos a aceitar mudanças radicais.

Aqui há uma importante lição para o Brasil. Tais mudanças estão sendo possíveis porque os países da Europa não têm nenhum impedimento constitucional para negociar o que as partes acham de utilidade em momentos de dificuldade. Bem diferente é a nossa situação, onde a Constituição Federal permite negociar apenas dois direitos sociais - o salário e a participação nos lucros ou resultados. Tudo o mais é objeto de uma legislação rígida e não de negociação.

Embora os salários do Brasil sejam bem mais baixos do que a maioria dos países da UE-15, o mesmo não se pode dizer em relação aos países da UE-10. É dali que vem a concorrência mais forte para o Brasil, sem contar, é claro, a que vem da Ásia, em especial da China e da Índia.

Entre nós há a mesma dicotomia observada na UE-15, com um agravante. Enquanto lá os excluídos são os 18 milhões de desempregados, no Brasil, eles encampam 9 milhões de desempregados e 48 milhões de pessoas -57 milhões! - que trabalham no mercado informal, sem nenhuma proteção trabalhista ou previdenciária.

Isso explica em grande parte as péssimas condições sociais da maioria de nossa população, com fortes reflexos na violência, marginalidade e criminalidade.

Europa e Brasil têm razões diferentes para fazer as mesmas reformas - a trabalhista e a previdenciária. Sem elas, temos mais passado do que futuro.

José Pastore é professor da FEA-USP. (*Valor Econômico*, 11.04.2006)

**CNM Internacional é o boletim informativo da Confederação  
Nacional dos Metalúrgicos – CNM-CUT**

Secretário Geral da CNM : Fernando Lopes  
<http://www.cnmcut.org.br>